



# Uma análise da evolução do pensamento da CEPAL e da economia institucional ao longo do século XX

*The evolution of ECLAC and Institutional Economics throughout the twentieth century*

Carolina Miranda Cavalcante\*

## Resumo

Este trabalho analisa duas escolas de pensamento econômico originalmente americanas: a Economia Institucional e a CEPAL. Essas escolas de pensamento evoluíram ao longo do tempo e sofreram modificações em suas concepções originais. A partir do final da década de 1930, o institucionalismo vebleniano perderia espaço para o novo institucionalismo, de raiz neoclássica. Do mesmo modo, o pensamento cepalino evoluiu ao longo do tempo, moldando seu foco de pesquisa de acordo com o momento histórico a ser investigado. Por conseguinte, este artigo aborda semelhanças e diferenças entre o pensamento da CEPAL e da Economia Institucional, considerando a evolução de suas ideias ao longo do tempo.

Palavras-chave: economia institucional, CEPAL, ortodoxia econômica, instituições, ontologia

## Abstract

*This paper analyzes two originally American schools of economic thought: Institutional Economics and ECLAC. These schools of thought evolved over time and underwent important changes in their original conceptions. From the late 1930s, Veblenian institutionalism lost academic space for the new institutionalism, of neoclassical root. Moreover, it is possible to identify turning points in ECLAC thinking, that changed its research focus accordingly to the historical moment to be theoretically investigated. In this way, this article highlights similarities and differences between ECLAC and Institutional Economics, considering their respective modifications over time.*

*Keywords: Institutional Economics, ECLAC, economic orthodoxy, institutions, ontology*

\* Professora Adjunta da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Endereço profissional: Rua Moncorvo Filho, n.8, Centro, Rio de Janeiro/RJ.  
E-mail: cmcavalcante@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa duas tradições de pensamento originadas no continente americano, a saber, a Economia Institucional e o pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Para além de uma origem geográfica em comum, podemos encontrar uma compatibilidade teórica entre essas duas tradições de pensamento. Tanto na Economia Institucional quanto no pensamento cepalino, ocorreram mudanças importantes no que concerne aos pressupostos ontológicos e epistemológicos definidores dessas tradições de pensamento.

A Economia Institucional, oriunda dos escritos de Thorstein Veblen, considerava a ortodoxia econômica de seu tempo como não evolucionária, animista, taxonômica e fundamentada numa concepção equivocada do agente econômico, o homem hedônico. John Commons e Wesley Mitchell são reconhecidos como discípulos de Veblen, adotando, no entanto, uma posição menos radical em relação à ortodoxia econômica. Contudo, assim como Veblen, Commons e Mitchell estavam abertos a perspectivas teóricas que não se originavam estritamente no instrumental teórico marginalista. O Institucionalismo Americano foi bastante influente na Academia norte-americana no entre guerras, sendo ocluído pela Nova Economia Institucional (NEI) de Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North no pós-segunda guerra mundial (Rutherford, 1994). Contudo, a natureza da crítica da NEI à teoria neoclássica é distinta daquela conduzida por Veblen. Os autores da NEI reconheceram o caráter excessivamente abstrato da teoria neoclássica, buscando trazer elementos teóricos que a tornassem mais realista, mas sem romper com os pressupostos definidores da tradição neoclássica.

A CEPAL é criada em 1948 como uma organização voltada ao estudo das economias latino-americanas. O diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano consistiu numa identificação de aspectos estruturais dessas economias, se traduzindo em um posicionamento desfavorável da América Latina no comércio internacional. Deste modo, as trocas internacionais entre países centrais, industrializados, e países periféricos, com uma estrutura produtiva predominantemente agrária, resultariam numa deterioração nos termos de intercâmbio, desfavorável aos países latino-americanos. A superação do subdesenvolvimento dependeria, portanto, de uma superação de problemas estruturais, como uma base produtiva predominantemente agrária e dominada por latifúndios. Nesse sentido, o pensamento cepalino se posicionava criticamente à concepção liberal do comércio internacional, baseada na ideia das vantagens comparativas.

Tanto a crítica vebleniana quanto a crítica cepalina buscaram construir perspectivas teóricas alternativas à ortodoxia de sua época. Outro ponto em comum entre essas escolas de pensamento é que ambas sofreram modificações importantes em suas concepções originais. Ainda na década de 1930, mas de forma mais consistente no pós-segunda guerra, o Institucionalismo Americano de Veblen começa a perder

espaço para a Nova Economia Institucional, que retoma a temática institucionalista a partir do programa de pesquisa neoclássico. Do mesmo modo, autores como Filho & Corrêa (2011) identificam um ponto de inflexão no pensamento cepalino, que teria se aproximado de formulações teóricas mais próximas do ideário neoclássico. Rutherford (2010) aponta que a crise da década de 1930 teria sido um dos fatores que ajudaram a arrefecer a empolgação inicial com o Institucionalismo Americano, que teria perdido espaço para a explicação keynesiana da crise. O esgotamento do padrão de crescimento das economias latino-americanas teria provocado uma modificação na orientação teórica da CEPAL já nos anos 1980, com o surgimento do neo-estruturalismo, conforme destacado por Sunkel (1989).

Destarte, esse artigo aborda semelhanças e diferenças entre o pensamento da CEPAL e da Economia Institucional. O cotejo dessas escolas de pensamento será norteado por uma discussão metodológica concernente ao lugar da CEPAL e da Economia Institucional no pensamento econômico. Esse artigo se divide em cinco seções, além desta introdução e de uma conclusão ao final. Na primeira seção, são apresentados alguns conceitos e debates em filosofia da ciência que fornecerão um quadro esquemático geral para a identificação de diferenças e semelhanças entre o pensamento da CEPAL e da Economia Institucional. Na segunda seção, delimita-se o escopo, a visão de mundo e a metodologia subjacente à tradição neoclássica. A terceira seção trata da Economia Institucional, de suas origens veblenianas até o surgimento da NEI. Na quarta seção, a evolução do pensamento cepalino é brevemente apresentada. Na quinta seção, as semelhanças e diferenças entre a Economia Institucional e a CEPAL são apontadas a partir de critérios concernentes à filiação metodológica das teorias ao programa de pesquisa neoclássico.

## **PROGRAMA DE PESQUISA CIENTÍFICO: TEORIA E ONTOLOGIA**

Para analisar e cotejar as propostas teóricas da CEPAL e da Economia Institucional, serão utilizadas as concepções de programa de pesquisa científico (PPC) de Imre Lakatos, de paradigma de Thomas Kuhn, bem como conceitos ligados ao Realismo Crítico de Roy Bhaskar e Tony Lawson<sup>1</sup>. O que esses autores têm em comum é a afirmação da ontologia, ou visão de mundo, enquanto elemento não dispensável na construção teórica. A ontologia subjacente às teorias responderá pelo formato das políticas econômicas que emanam de uma determinada construção teórica.

Kuhn e Lakatos ficaram conhecidos, em Filosofia da Ciência, como os teóricos do crescimento do conhecimento. Em resposta às falhas do projeto lógico positivista, esses autores afirmaram a impossibilidade de se construir teorias científicas sem referência a elementos metafísicos, não empíricos, que estariam presentes no núcleo rígido (*hard core*) dos PPC's e nos paradigmas kuhnianos. Um PPC seria composto de um núcleo rígido, no qual todas as concepções e supostos fundamentais de uma tradição de pensamento estariam definidos, e de um cinturão protetor, campo de

pesquisa delimitado pela visão de mundo veiculada através do núcleo rígido de um PPC. De forma sintética, o núcleo rígido carregaria a visão de mundo, ou ontologia, de uma tradição de pensamento, e o cinturão protetor comportaria as teorias enraizadas nessa visão de mundo.

O conceito de paradigma seria análogo ao conceito lakatosiano de núcleo rígido, ou seja, paradigmas e núcleos rígidos conformariam a visão de mundo, ou ontologia, de uma escola de pensamento. Na concepção kuhniana de evolução do pensamento científico, as teorias se organizariam em torno de um paradigma dominante no período de ciência normal. No entanto, quando a realidade impõe problemas que o paradigma dominante não consegue explicar, inicia-se um período de ciência extraordinária, em que diversos paradigmas concorrentes coexistem até que os cientistas depositem sua confiança em um novo paradigma dominante, dando início a um novo período de ciência normal. Segundo a concepção lakatosiana do empreendimento científico, PPC's dotados de teorias com maior capacidade preditiva seriam teoricamente progressivos e na medida em que tais previsões fossem verificadas empiricamente, esses PPC's seriam também empiricamente progressivos. Segundo Lakatos, o PPC com maior capacidade preditiva comprovada veicularia a ontologia dominante em um campo científico.

Enquanto a escolha entre paradigmas dominantes seria realizada com base na confiança dos cientistas em determinado paradigma, a escolha entre PPC's concorrentes se fundamentaria em sua capacidade preditiva, verificada empiricamente. Segundo Lawson (1997), apoiado na proposta crítico realista de Bhaskar (1997), esses critérios de escolha entre teorias desqualificariam a ontologia como momento ativo no empreendimento científico. Nesse sentido, Lawson sugere que as teorias sejam avaliadas com base em um critério de objetividade de suas visões de mundo, não a partir de critérios preditivos e/ou simplesmente da confiança da comunidade científica.

De acordo com o realismo crítico de Bhaskar, replicado por Lawson no campo da Economia, para entender a relação entre sujeito cognoscente e objeto de estudo, precisamos entender os conceitos de transitivo e intransitivo<sup>2</sup>. O transitivo refere-se aos conhecimentos produzidos através de conhecimentos precedentes, são as teorias e concepções que construímos acerca do mundo, sempre elaboradas a partir de ideias, conceitos e teorias preexistentes. O intransitivo remete aos objetos do conhecimento, o objeto de estudo da ciência, composto de estruturas, leis e mecanismos que existem e operam independentemente de nosso conhecimento a seu respeito.

No âmbito das ciências naturais, o intransitivo natural é totalmente impermeável em relação ao transitivo, no sentido de que uma lei natural irá operar e manter as propriedades do seu ser independentemente do seu conhecimento e/ou apreensão objetiva por parte das teorias científicas. O sujeito cognoscente pode construir conhecimentos objetivos acerca do mundo natural e adequar as leis e objetos da

natureza às suas necessidades, mas não pode alterar as propriedades constituintes do ser natural.

No caso das ciências sociais, o intransitivo social é composto pelas próprias estruturas sociais nas quais o sujeito cognoscente está imerso, o que gera certa permeabilidade do intransitivo social em relação ao transitivo. Nesse sentido, as teorias que construímos acerca do mundo social carregam uma concepção acerca de como a sociedade é ou deve ser organizada, conformando ao longo do tempo o modo de ser das estruturas sociais. Contudo, embora as estruturas sociais (intransitivo social) possam ser permeadas pelas concepções que construímos a seu respeito (transitivo), tais estruturas são duradouras e relativamente independentes de como as interpretamos e compreendemos na prática imediata. Temos aqui duas implicações. Primeiro, que as estruturas sociais são objetos de estudo cognoscíveis, ou seja, é possível construir teorias objetivas acerca da sociedade. Segundo, que a relativa independência das estruturas sociais em relação às teorias construídas pelo sujeito cognoscente habilita a existência de teorias falsas acerca da sociedade, ainda que dotadas de validade social.

Com base nesse argumento, o realismo crítico busca resgatar o protagonismo da ontologia na construção teórica. Em Kuhn a ontologia aparece sob a forma de paradigma, mas não cumpre qualquer papel relevante na escolha, com base na fé, entre paradigmas concorrentes. De modo semelhante, Lakatos afirma a ontologia sob a forma de um núcleo rígido norteador do empreendimento científico dos PPC's, mas a escolha entre PPC's concorrentes é realizada com base num critério preditivo<sup>3</sup>. Para as finalidades deste artigo, se reconhece a relevância da contribuição de Kuhn e Lakatos à Filosofia da Ciência, sob a forma de uma afirmação da ontologia, contudo, também são identificadas as limitações desses autores. Deste modo, o realismo crítico foi trazido para o debate como forma de sustentar a possibilidade de um conhecimento objetivo da sociedade, bem como de um papel ativo para a ontologia na construção teórica e na produção de resultados efetivos na realidade social.

## **DINÂMICA DAS ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO**

Um campo científico se bifurca em PPC's distintos, com diferentes teorias enraizadas em particulares concepções ontológicas acerca do objeto de estudo. Deste modo, campos científicos como a Economia, a Sociologia, a Ciência Política, dentre outros, comportam uma multiplicidade de escolas de pensamento. Na evolução histórica dessas disciplinas do pensamento social, temos a emergência de um paradigma dominante, que perdura nessa posição até que seja desafiado por um paradigma alternativo, ou existe um PPC *mainstream*, que se mantém como visão única em um campo científico através do alargamento do seu conjunto de problemas postos pelo núcleo rígido? No caso específico da Economia, o caminho parece ter sido o segundo, em que o PPC *mainstream* se definiria em torno de uma ontologia marginalista, em

que as teorias aceitas no âmbito desse PPC deveriam tratar de temáticas variadas a partir dos instrumentos e da visão de mundo marginalista. No entanto, em Economia, também observamos uma multiplicidade de escolas de pensamento alternativas, heterodoxas, que convivem com esse PPC *mainstream* num ambiente de relativo pluralismo teórico<sup>4</sup>.

Vejamos como o PPC *mainstream* se converteu em visão de mundo dominante em Economia. Usualmente esse PPC *mainstream* é identificado, ainda que não sem problemas, com a tradição neoclássica de pensamento. Os fundamentos do PPC neoclássico datam da revolução marginalista do final do século XIX, se cristalizando no primeiro Manual de Economia em 1948, *Economics*, de Paul Samuelson e William Nordhaus. Segundo Kuhn (2003), os manuais difundem o paradigma da ciência normal, caracterizada pela presença de um paradigma dominante, que veicula a visão de mundo (ontologia) e instrumentos teóricos (metodologia) aceitos como definidores de um campo científico.

O PPC neoclássico estaria definido em torno de algumas ideias fundamentais como a delimitação do escopo da Economia como a ciência da escolha sob escassez, escolha esta realizada na margem e com base em uma racionalidade voltada à otimização da utilidade individual<sup>5</sup>. No núcleo rígido neoclássico podemos identificar, portanto, a definição do objeto da economia como a escolha racional, realizada na margem, num ambiente de escassez. Toda teoria que pretenda fazer parte do PPC neoclássico não deve propor uma ruptura radical com essa visão de mundo.

Além de uma visão de mundo que entende a economia como um conjunto de agentes individuais que fazem escolhas sob restrição, a tradição neoclássica traz consigo uma linguagem específica para as teorias que se pretendem científicas, a econometria. O uso de métodos matemático-estatísticos daria suporte analítico e empírico às teorias econômicas, garantindo ainda uma alegada neutralidade axiológica às teorias assim constituídas. A econometria permitiria não apenas a construção de teorias com referência empírica, mas também com capacidade preditiva.

Esse alegado maior grau de cientificidade garantido pela matemática e pela estatística seria sistematizado por Milton Friedman em sua concepção instrumental de ciência. Friedman (1981) argumenta que os pressupostos teóricos não precisam ser realistas, basta que as teorias tenham capacidade de prever fatos novos e, naturalmente, que essas previsões sejam verificadas empiricamente. Nesse sentido, não importa se a concorrência perfeita não existe nos mercados reais, basta que essa hipótese permita a construção de teorias com capacidade preditiva. O critério empírico-preditivo de escolha entre teorias, presente na ideia de PPC progressivo, e a ideia da não necessidade de realismo quanto aos pressupostos da construção teórica, tornam inócua a afirmação da visão de mundo, ou ontologia, nos PPC's e paradigmas. Além da negação de um papel central para a ontologia na construção científica, tal critério de validação empírica das previsões teóricas implicaria uma circularidade.

(...) se a teoria determina a priori como e a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se estão então diante de uma flagrante circularidade. (Duayer, Medeiros e Painceira, 2001, p.759)

Para além da circularidade e da renúncia quanto ao realismo teórico, esse papel acessório que é dado à ontologia na concepção de construção teórica instrumental acaba por gerar um relativismo ontológico, deslocando o crivo da ciência para a forma do discurso – se formalizado matematicamente ou não – e deixando de lado a questão da objetividade teórica. Destarte, o critério de escolha entre teorias não seria sua capacidade de apreender objetivamente o mundo social, mas sim sua capacidade de produzir modelos com capacidade preditiva e passíveis de verificação empírica. Quando o momento ontológico fica em segundo plano, se passa a aceitar a ideia de que cada teoria constrói seu objeto de estudo, o que os realistas críticos chamam de falácia epistêmica<sup>6</sup>. Se cada teoria constrói seu objeto de estudo, então qualquer critério de escolha entre teorias passa a ser tão bom quanto o outro – capacidade de persuasão, previsibilidade, etc. –, exceto a referência ao objeto de estudo, posto que este seria um construto mental, desprovido de objetividade.

Desaguamos então no perigoso campo da relativização absoluta da verdade dos discursos, que podem ser falsos ou verdadeiros independentemente da realidade objetiva. Se a realidade objetiva não é a referência última para análise e comparação entre teorias, a posição arbitrária de critérios de escolha entre teorias passa a depender do poder social de quem veicula determinado discurso. Se o *mainstream* econômico determina os critérios de cientificidade, acaba por excluir todas as teorias que, independente de sua objetividade, não se adequam ao formato da construção teórica tido como científico. Isso fica claro na desqualificação do institucionalismo vebleniano como antiteórico por parte dos novos institucionalistas. Em comentário sobre a CEPAL, Douglass North qualifica a visão de mundo cepalina como uma ideologia justificativa da estrutura social, igualmente a desqualificando como teoria científica válida.

## **ECONOMIA INSTITUCIONAL**

A Economia Institucional é uma escola de pensamento econômico que surge da crítica de Thorstein Veblen à ortodoxia econômica do final do século XIX. O contexto social no qual Veblen desenvolveu suas ideias compreende o final da *Gilded Age* (1865-1890) e o início da Era Progressiva (1890-1920), um momento no qual surgiam as primeiras associações e revistas especializadas de Economia, bem como a profissionalização desse campo do saber (Cavaleri, 2015). A virada do século XIX para o século XX representou um período de amplo pluralismo teórico no âmbito da Ciência Econômica, com o pensamento marginalista rivalizando com o pensamento clássico e o pensamento marxista. Nesse período, a dinâmica capitalista ainda estava



centrada na Grã-Bretanha, que fornecia a visão de mundo oficial através da Economia Política Clássica, paulatinamente substituída pela visão de mundo marginalista. Precisamente nesse sentido que o institucionalismo vebleniano pode ser qualificado como o “primeiro surto de originalidade dos economistas norte-americanos” (Cavaliere, 2013, p.45).

Cavaliere (2013) aponta o caráter original da obra de Veblen, em comparação com as ideias dos economistas norte-americanos do final do século XIX, que apenas replicavam as teorias desenvolvidas no continente europeu. Destarte, Veblen foi um crítico dos costumes e das teorias econômicas de seu tempo, inaugurando ainda uma linha de estudos sobre instituições que se enraizava numa incipiente Economia Política genuinamente norte-americana. Ainda durante a *Gilded Age*, surgem os denominados “apologistas americanos”, adeptos do liberalismo econômico, do pensamento clássico e marginalista desenvolvido originalmente na Europa, sendo ainda filiados a uma concepção teleológica da história, com forte influência do pensamento religioso e da tese do excepcionalismo norte-americano (Cavaliere, 2013). Deste grupo, participavam economistas como Francis Amasa Walker, William Graham Sumner e James Laughlin, tendo este último indicado Veblen para o Departamento de Economia da Universidade de Chicago. No outro polo encontravam-se os reformistas, adeptos de uma heterogeneidade teórica e de uma participação mais ampla do Estado na economia, tendo em Richard Ely um de seus adeptos (Cavaliere, 2013).

Apesar de rivalizar com os apologistas no campo do papel do Estado na Economia, a tese excepcionalista também estaria presente no campo reformista. Deste modo, Veblen não teria escolhido lados nessa disputa entre reformistas e apologistas, sendo um crítico de qualquer tipo de teleologia na história, argumentando que a evolução das instituições, ou hábitos mentais, não carregaria consigo nenhuma finalidade imanente. A inspiração para sua teoria institucionalista mesclou elementos do evolucionismo darwiniano a uma teoria dos instintos, afirmando os instintos humanos como motivação primeira para a ação social, em lugar do cálculo racional. Em uma série de artigos publicados no *Quarterly Journal of Economics* e no *Journal of Political Economy*, tendo sido editor deste último, Veblen criticou uma ampla gama de autores e correntes de pensamento econômico. Em seu livro de 1899, *The Theory of the Leisure Class*, Veblen busca inspiração no livro *Ancient Society* (1877) do antropólogo Lewis Morgan para traçar o caminho evolutivo da interação entre instintos e hábitos mentais pretéritos que moldaram a forma de pensar da sociedade norte-americana do final do século XIX, elaborando os conceitos de hábitos mentais, consumo conspícuo, emulação, dentre outros.

Nesse sentido, Veblen foi um crítico não apenas da teoria econômica, mas dos costumes e da visão de mundo de sua época. Seu agnosticismo declarado teria lhe causado problemas nas Universidades pelas quais passou e na sociedade norte-americana, de caráter marcadamente religioso. No que concerne ao pensamento econômico, Veblen entrou para a história como um crítico radical da teoria econômica

de sua época, em que John Bates Clark, seu antigo professor, se tornou o foco de suas críticas ao pensamento neoclássico (Backhouse, 1985). O autor adotou analogias evolucionárias em lugar das analogias mecânicas marginalistas, substituindo uma concepção teleológica (animismo), dedutivista (taxonômica) e baseada no agente racional otimizador (hedonismo) por uma compreensão da realidade social como um conjunto de eventos causativos e cumulativos, cuja dinâmica evolutiva seria dada pela interação entre instintos e hábitos mentais.

Segundo Cavalieri (2015), o pensamento de Veblen não era marginal na Academia, uma vez que dialogava, ainda que criticamente, com a tradição clássica, marginalista e marxista, dentre outras. Contudo, sua proposta de construção de uma ciência evolucionária<sup>7</sup>, que substituiria toda uma tradição de pensamento existente até então, considerada não evolucionária, fez com que Veblen ganhasse a qualificação de crítico radical e aparentemente desconectado do pensamento acadêmico em geral. Deste modo, o pensamento crítico e original de Veblen inaugurou um novo campo de pensamento econômico denominado Economia Institucional. O termo “economia institucional” teria surgido pela primeira vez num artigo de 1919 de Walton Hamilton<sup>8</sup>. Mais tarde, essa vertente vebleniana da Economia Institucional seria denominada como Institucionalismo Americano ou Velha Economia Institucional.

John Commons e Wesley Mitchell seguem uma linha mais branda no que concerne à crítica ao pensamento econômico, buscando na teoria institucionalista um esquema teórico para compreensão de temas específicos. Commons foi aluno de Richard Ely, que o influenciou na elaboração de um “institucionalismo jurídico”. Wesley Mitchell esteve mais preocupado com a aplicação da teoria institucionalista de Veblen, associada a outras teorias que lhe fossem úteis, à análise dos ciclos de negócios. Mitchell foi ainda um pesquisador de destaque no *National Bureau of Economic Research* (NBER), fundado em 1920<sup>9</sup>.

Cavalieri (2013) aponta que o Institucionalismo Americano teria sido o primeiro surto de originalidade dos economistas norte-americanos; podemos acrescentar que foi também o último suspiro da Economia Política norte-americana no âmbito de uma escola de pensamento. Já na década de 1930 surgem as primeiras respostas às críticas veblenianas à falta de empiria da teoria econômica. A primeira delas foi a fundação da Sociedade de Econometria em 1930<sup>10</sup>. Através da união do instrumental estatístico-matemático à teoria econômica, fundamento da econometria, pretende-se dar um suporte empírico à teoria econômica, arrefecendo as críticas acerca do seu caráter excessivamente abstrato e dedutivo<sup>11</sup>. A segunda resposta à crítica vebleniana veio através da Nova Economia Institucional, inaugurada por Ronald Coase em 1937 com a publicação do artigo *The Nature of the Firm*. Nesse artigo, Coase pretende remediar o caráter excessivamente abstrato da teoria marginalista através do tratamento de questões que teriam sido negligenciadas por essa tradição de pensamento, se propondo a entender a firma como uma instituição importante na alocação de

recursos econômicos e afirmando a presença de custos de transações no âmbito das trocas mercantis.

Deste modo, com o uso da econometria, a teoria neoclássica não mais poderia ser acusada de falta de empiria, assim como não poderia mais ser acusada de desconsiderar o papel das instituições nos resultados econômicos, mas o faria através das lentes teóricas da Nova Economia Institucional. Oliver Williamson, teórico novo institucionalista, teria sido responsável pela denominação da tradição teórica vebleniana como Velha Economia Institucional, reconhecendo seu pioneirismo quanto à temática das instituições, mas vendo nas contribuições de Veblen apenas um conjunto de ideias esparsas, desprovidas de um corpo teórico robusto. Essa teoria robusta somente poderia ser construída nos limites do que Coase (1937, p.386) qualificou como uma teoria ao mesmo tempo realista e tratável, no sentido de que deveria respeitar o princípio marshalliano da substituição na margem. Portanto, por não adotar os instrumentos teóricos do paradigma marginalista, o institucionalismo vebleniano seria antiteórico (Coase, 1998, p.72).

A mesma abordagem seria adotada por Douglass North, outro teórico novo institucionalista, que teria afirmado em diversos de seus trabalhos sua disposição em contribuir com a tradição neoclássica em lugar de construir uma teoria alternativa. North elaborou, através de uma série de livros e artigos – os mais referidos são os livros *Structure and Change in Economic History* (1981) e *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* (1990) –, uma teoriavoltada à compreensão do papel das instituições no crescimento econômico. O autor entende a matriz institucional como fornecedora de incentivos a indivíduos racionais, ainda que dotados de uma racionalidade limitada, que escolhem e agem no âmbito de um conjunto de restrições institucionais.

Apesar de ser possível aproximar o Institucionalismo Americano da Nova Economia Institucional<sup>12</sup>, essas duas grandes vertentes da Economia Institucional guardam entre si uma diferença fundamental, a saber, a natureza da crítica à tradição neoclássica, que diz muito sobre sua forma de fazer e de compreender a ciência. Enquanto Veblen estava preocupado com a construção de uma teoria que descrevesse de forma mais objetiva os sujeitos e o ambiente econômico e social, tendo no objeto de estudo sua referência primeira; North e os novos institucionalistas buscaram antes uma referência naquele conjunto de instrumentos teóricos aceitos no âmbito do paradigma dominante, ou amplamente aceito pela comunidade científica, construindo sua proposta de modo inverso, ou seja, da teoria para o objeto. Enquanto Veblen buscou construir categorias teóricas que apreendessem as relações sociais de forma objetiva, os novos institucionalistas buscaram adaptar o objeto de estudo às categoriais teóricas do *mainstream*. Nesse último caso, a ciência perde seu caráter crítico, uma vez que interdita o pluralismo teórico ao tomar como referência um paradigma teórico único, excluindo outras abordagens teóricas ou qualificando-as como antiteóricas por não partilharem de uma concepção de ciência específica.

Essa virada na orientação teórico-metodológica da Economia Institucional coincide com a consolidação da teoria neoclássica como escola de pensamento *mainstream* no âmbito da Economia. Importante lembrar que no final da década de 1940, Samuelson e Nordhaus publicam o primeiro manual de Economia, delimitando o conjunto de problemas e instrumentos teóricos do *mainstream* econômico. O pós-segunda guerra também marca o início de uma nova ordem mundial sob hegemonia dos Estados Unidos. A Academia norte-americana, em segundo plano na virada do século XIX para o século XX, ganha cada vez mais importância em comparação com a Academia europeia, até então fonte do pensamento econômico original, seja em sua vertente Clássica e/ou Marginalista. Com o estabelecimento da tradição neoclássica como corrente de pensamento dominante, a ciência econômica abandona seu caráter de Economia Política para ser entendida como *Economics*, ou simplesmente Economia, buscando se destacar das demais disciplinas do pensamento social, afirmando uma suposta superioridade científica através do uso crescente de um instrumental estatístico-matemático em sua construção teórica.

## O PENSAMENTO DA CEPAL

Após a segunda guerra, o Plano Marshall surge como um pacote de ajuda econômica a alguns países europeus e ao Japão. Excluídos desse pacote de ajuda econômica, os países latino-americanos se vêem diante da necessidade de pensar estratégias alternativas de desenvolvimento econômico. Uma iniciativa importante nesse sentido foi a criação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), passando a incluir o Caribe a partir de 1984<sup>13</sup>. Embora tenha nascido como uma organização ligada às Nações Unidas, a CEPAL inaugura uma escola de pensamento originalmente latino-americana, fundamentada no método histórico-estrutural. Bielschowsky (2000a, p.17) assinala que uma “característica adicional das idéias geradas e divulgadas pela CEPAL é o fato de que nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os *policy-makers* da América Latina”. Assim como o Institucionalismo Americano fora uma expressão original do pensamento norte-americano, a CEPAL pode ser vista ainda como uma “*proclamação da autonomia intelectual* dos economistas da região” (Lima, 2013, p.2).

Do ponto de vista teórico, o pensamento cepalino surge como uma crítica ao liberalismo comercial subjacente à teoria das vantagens comparativas, refutando a ideia de que o comércio internacional traria benefícios equivalentes para todos que dele participassem. Segundo Bielschowsky (2000a), o arcabouço teórico cepalino possuiria alguns traços característicos que garantiriam certa unidade paradigmática ao longo do tempo. Dentre esses traços característicos, o autor destaca o enfoque histórico-estruturalista, a análise da inserção internacional, que trouxe à baila a relação centro-periferia, a análise dos condicionantes estruturais internos, como crescimento e progresso técnico, emprego e distribuição de renda, bem como a análise das

necessidades e possibilidades da atuação do Estado. Embora seja possível identificar uma unidade paradigmática no pensamento cepalino, seu foco analítico teria sofrido modificações ao longo do tempo. Baseado nas “ideias-força” ou “mensagens”, Bielschowsky (2000a, p.18) identifica cinco fases do esforço teórico da CEPAL:

- a) origens e anos 1950: industrialização;
- b) anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”;
- c) anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- d) anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”;
- e) anos 1990: transformação produtiva com equidade.

Após a segunda guerra mundial, os países centrais se voltaram para a reconstrução das economias envolvidas no conflito, o que teria gerado uma relativa folga na restrição externa aos países latino-americanos, que passaram a se concentrar em projetos de urbanização e de industrialização. Diante de um certo “vazio teórico” para os defensores da industrialização, a CEPAL teria emergido como uma versão regional da Teoria do Desenvolvimento, caindo “como uma luva nos projetos políticos de vários governos do continente” (Bielschowsky (2000a, p.25). Contudo, assinala Bielschowsky (2000b, p.15), uma “síntese da teoria do desenvolvimento periférico da CEPAL” somente teria sido elaborada por Octavio Rodriguez na década de 1980, envolvendo alguns aspectos centrais que poderiam ser encontrados em diversos autores cepalinos, mas principalmente na obra de Raúl Prebisch.

Em primeiro lugar, destaca-se a caracterização do subdesenvolvimento como uma condição periférica, decorrente de uma difusão desigual do progresso técnico. A estrutura produtiva do centro seria mais homogênea, enquanto na periferia se verificariam ilhas de produtividade no setor exportador. Ademais, haveria uma ruptura na direção do crescimento periférico principalmente a partir da crise da década de 1930, em que os países latino-americanos teriam passado de um crescimento para “fora” (modelo primário-exportador) para um desenvolvimento para “dentro”, impulsionando um processo espontâneo de industrialização da periferia. Tal processo de industrialização seria influenciado pela tese da substituição de importações, em que se deveria inicialmente produzir internamente bens finais não duráveis, posteriormente bens duráveis e, por fim, bens intermediários e de capital. O objetivo da substituição da importação de certos tipos de bens por uma produção interna era a superação das pressões sobre o balanço de pagamentos, a inflação, o desemprego, bem como a mitigação dos desequilíbrios externos. A ênfase na indústria é um elemento central na defesa de uma postura protecionista voltada à promoção do desenvolvimento econômico.

Por suas características históricas, o processo de industrialização periférica deve ser visto como um padrão de desenvolvimento problemático e sem precedentes. Problemático porque é um padrão de desenvolvimento que gera tendências ao desemprego, à deterioração nos termos de intercâmbio, ao desequilíbrio externo e à inflação. Sem precedentes porque tal padrão de desenvolvimento é peculiar ao lugar que as economias periféricas ocuparam no processo histórico de estruturação da economia capitalista mundial, de modo que não seria possível aplicar políticas desenvolvidas para economias centrais em economias periféricas.

O pensamento cepalino se preocupou, ao menos inicialmente, com a inserção primário-exportadora das economias latino-americanas, que geraria uma tendência à deterioração nos termos de intercâmbio. Através do planejamento estatal, seria possível direcionar as escassas poupanças latino-americanas para atividades voltadas à superação do subdesenvolvimento. Os cepalinos defendiam a mudança do fator de dinamismo econômico do mercado externo – modelo primário exportador – para o mercado interno. O protagonismo do mercado interno traria maior dinamismo à demanda, propiciando a atuação do Estado enquanto agente fundamental na industrialização, via políticas de proteção à indústria nacional, construção de uma institucionalidade formal e de uma infraestrutura que desse suporte à incipiente industrialização.

O pensamento cepalino é caracterizado pela defesa de um protagonismo do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. A causa do subdesenvolvimento das economias latino-americanas seria a forma de inserção dessas economias no comércio internacional, determinada por sua estrutura agrário-exportadora. Deste modo, a reversão da condição periférica passaria por uma mudança estrutural que permitisse a reinserção dessas economias em um novo patamar. Nesse sentido, o pensamento cepalino nega os preceitos liberais na construção de um caminho válido para a superação do subdesenvolvimento latino-americano, tanto no comércio internacional quanto no âmbito do papel do Estado. Essa postura cepalina irá distanciá-la de uma das versões da Economia Institucional (NEI) e aproximá-la de outra (VEI).

Sunkel (1989, p.151) menciona a emergência do neo-estruturalismo por volta da década de 1980, que teria buscado dar um formato matemático-estatístico à teoria, enfatizando aspectos relacionados a equilíbrios de curto prazo em detrimento de questões concernentes ao desenvolvimento econômico. Essa aproximação a uma abordagem mais associada ao *mainstream* neoclássico é apontada por Filho & Corrêa (2011) como uma mudança no pensamento cepalino, que teria perdido seu caráter de escola de pensamento para assumir seu papel original de organismo multilateral da ONU. Essa postura mais organizacional teria demandado um tom mais conciliador em relação ao pensamento econômico dominante. Os autores mencionam que a postura teórica da CEPAL nas suas primeiras décadas ocorreria num “contexto econômico favorável, em que as ações industrializantes encaixavam-se às estratégias de internacionalização produtiva das empresas multinacionais” (Filho; Corrêa, 2011, p.94).

A partir da década de 1990, o capital financeiro passaria a ditar a dinâmica da economia de mercado, demandando políticas macroeconômicas específicas para garantir sua valorização, em que “duas metas são prioritárias: o controle da inflação e a austeridade fiscal” (Lima, 2013, p.69). Esta política macroeconômica seria compatível com as prescrições de políticas definidas pelo Consenso de Washington, bem como com a concepção de North (2018) acerca do crescimento econômico como consequência de uma matriz institucional eficiente. Ou seja, o Estado deixaria de ter um papel interventor para se converter num Estado regulador, agindo indiretamente sobre a atividade econômica através do fornecimento de incentivos aos agentes econômicos.

Essa mudança no papel do Estado nas economias latino-americanas teria ocorrido concomitantemente à modificação do padrão de acumulação do capital, com o protagonismo do capital financeiro a partir da década de 1990. Filho & Correa (2011) sustentam que o pensamento cepalino teria acompanhado a tendência dos anos 1990, se aproximando da teoria econômica *mainstream*. Essa substancial mudança na orientação teórica da CEPAL teria sido identificada por Sunkel (1989) ainda na década de 1980. Bielschowsky também assinala essa adaptação da visão de mundo cepalina às transformações econômicas concretas, em que o “‘neo-estruturalismo’ cepalino recuperaria a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização” (Bielschowsky, 2000, p.63). Assim como a Economia Institucional se dividiria em uma VEI e uma NEI, o pensamento cepalino teria se desmembrado em um estruturalismo e um neo-estruturalismo. Embora seja possível indicar o surgimento de novos paradigmas nesses campos do conhecimento, ou no interior dessas escolas de pensamento, a literatura especializada diverge em relação a uma periodização exata para essas transformações teóricas.

## **O PENSAMENTO DA CEPAL E A ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Ao tratar das semelhanças e diferenças entre a Economia Institucional e a CEPAL é importante desmembrar a primeira escola de pensamento nas duas vertentes apresentadas na seção III, a Velha Economia Institucional (VEI) e a Nova Economia Institucional (NEI). Também devemos considerar a distinção, apresentada na seção IV, entre estruturalismo e neo-estruturalismo, conforme sugerida por Sunkel (1989). O autor aponta uma série de pontos de convergência entre o institucionalismo da VEI e o estruturalismo cepalino. Já entre a NEI e o pensamento cepalino seria mais difícil encontrar proximidades teóricas<sup>14</sup>. Antes de cotejar estas escolas de pensamento, precisamos dedicar algum espaço à questão da periodização dessa dinâmica teórica no âmbito da Economia Institucional e do pensamento da CEPAL.

A Economia Institucional surgiu, enquanto campo do conhecimento, dos escritos de Veblen do final do século XIX. Rutherford (1994) assinala o período do entreguerras como aquele no qual o institucionalismo Vebleniano teria sido

*mainstream* na Academia norte-americana. Contudo, já na década de 1930, a criação da Sociedade de Econometria, os primeiros escritos de Coase, a crise de 1929 e o surgimento do keynesianismo já desafiavam o prestígio do institucionalismo Vebleniano. No pós-segunda guerra, a Nova Economia Institucional surge como uma vertente metodologicamente distinta do institucionalismo Vebleniano. O ocaso do institucionalismo Vebleniano coincidiu com o surgimento da CEPAL no pós-segunda guerra. Sunkel (1989), Bielschowsky (2000) e Filho & Correa (2011) assinalam uma mudança na visão de mundo e/ou no foco da pesquisa cepalina, apesar de não haver consenso entre os autores acerca de uma periodização exata de quando esta mudança teria ocorrido. Optou-se por tratar unicamente da reorientação teórica do pensamento cepalino, reconhecendo um período de transição que se iniciaria por volta da década de 1980<sup>15</sup>.

Tanto a VEI quanto a CEPAL nasceram como escolas de pensamento pioneiras e originais no aspecto teórico, oferecendo um contraponto crítico às teorias econômicas de inspiração marginalista e neoclássica<sup>16</sup>. No âmbito da VEI, Veblen buscou a construção de uma ciência econômica moderna, evolucionária, rejeitando praticamente todas as teorias econômicas disponíveis à sua época. Mitchell se inspirou no institucionalismo vebleniano, o associando a ideias de corte walrasiano para compreender os ciclos de negócios, fornecendo suas contribuições no âmbito do NBER. Commons atuou principalmente no campo do institucionalismo jurídico, concentrando seus estudos na relação entre Economia e Direito, participando ativamente dos debates concernentes à elaboração da legislação trabalhista do Estado norte-americano de Wisconsin. Destarte, os chamados velhos institucionalistas atuavam tanto dentro quanto fora das Universidades norte-americanas. Já os cepalinos atuaram principalmente junto aos governos latino-americanos.

Sunkel (1989) não aponta distinções fundamentais quanto à visão de mundo da VEI e do estruturalismo cepalino, sendo suas diferenças restritas a focos de pesquisa distintos e ao caráter mais acadêmico dos institucionalistas *vis-à-vis* os cepalinos. Quanto ao escopo da pesquisa, Sunkel (1989, p.152) chama atenção para o fato do institucionalismo estudar basicamente a economia norte-americana, enquanto a CEPAL teria analisado as interdependências estruturais entre as economias participantes do comércio internacional. Ao contrário do esforço universalizante da economia neoclássica, tanto institucionalistas quanto cepalinos delimitavam espacial e temporalmente o escopo de suas proposições teóricas.

Sunkel (1989) aponta que tanto o institucionalismo da VEI quanto o estruturalismo possuíam uma visão do desenvolvimento econômico como um intercâmbio entre progresso tecnológico e instituições. O autor assinala o fato de que essas duas escolas de pensamento teriam se posicionado criticamente em relação à economia neoclássica, destacando que tanto Veblen quanto Prebisch foram críticos da doutrina do *laissez-faire* (Sunkel, 1989, p.149). Outro ponto de contato entre institucionalistas e estruturalistas seria a negação de uma concepção estática, própria das análises



neoclássicas, focada na análise de estados de equilíbrio e de um ambiente habitado por indivíduos racionais otimizadores. A alternativa fornecida pelas teorias institucionalistas e estruturalistas seria uma concepção evolutiva e dinâmica da realidade econômica, composta por indivíduos moldados pelo ambiente institucional.

No que concerne ao lugar das teorias no pensamento social, enquanto a VEI e o estruturalismo se organizariam em PPC's alternativos, a NEI e o neo-estruturalismo seriam compatíveis com o PPC neoclássico. Novos institucionalistas e neo-estruturalistas teriam construído suas teorias segundo os requisitos ontológicos e epistemológicos da tradição neoclássica. Os velhos institucionalistas não teriam observado tais requisitos de forma tão restrita. Em consequência, tiveram suas teorias rejeitadas nos limites do PPC *mainstream* (neoclássico), sendo excluídas do escopo da ciência econômica autorizada. Essa postura do *mainstream* fica evidente na qualificação dada às concepções veblenianas como antiteóricas. Do mesmo modo, o estruturalismo cepalino é desautorizado como teoria científica, sendo posta, por North (2018), no campo de uma mera ideologia justificativa do subdesenvolvimento<sup>17</sup>.

Ao definir o que é ciência econômica com base numa modalidade de construção teórica específica, a tradição neoclássica acaba por interditar o pluralismo teórico, excluindo do campo científico àquelas teorias não compatíveis com o que se define nos limites dos instrumentos e supostos teóricos neoclássicos. Portanto, tanto a VEI quanto a CEPAL sofreram ataques por conta da falta de aderência ao paradigma neoclássico, além de receberem ataques do campo marxista, que as teria qualificado como reformistas. Conforme assinalado por Sunkel (1989), essa necessidade de se defender nos dois flancos teria enfraquecido o diálogo entre institucionalistas e estruturalistas.

Embora não tenha se concretizado um diálogo mais efetivo entre as contribuições institucionalistas e estruturalistas, Sunkel (1989) aponta proximidades teóricas importantes, como a ênfase no progresso tecnológico e nas instituições, a crítica ao *laissez-faire* e à ideia de equilíbrio e racionalidade como aspectos definidores do ambiente econômico. Para além das proximidades teóricas indicadas, o pensamento original da CEPAL e do Institucionalismo Americano têm em comum a prioridade ontológica do objeto de estudo, em contraposição à necessidade do novo institucionalismo de construção de explicações no âmbito de uma metodologia (neoclássica) específica.

A prioridade ontológica ao objeto de estudo, conferida pela VEI e pelo estruturalismo cepalino, permitiu a construção de teorias sociais mais objetivas, com maior capacidade explanatória. As teorias que tomam como ponto de partida um instrumental teórico específico acabam por produzir explicações insuficientes acerca de questões como o desenvolvimento econômico. North (1981) explica o melhor desempenho econômico das economias norte-atlânticas com base numa herança institucional anglo-saxã. Ao herdar instituições ibéricas menos eficientes, a América Latina teria sido relegada a um futuro econômico de baixo desempenho econômico

e choques frequentes. Deste modo, a receita para o crescimento econômico seria a implementação, pelo Estado, de instituições eficientes, garantidoras dos direitos de propriedade.

North considera a figura do Estado enquanto organização importante na promoção do crescimento econômico, no entanto, este papel do Estado seria exercido de forma indireta. O Estado, através do seu poder de polícia, ou monopólio do uso da força, teria condições de estipular e garantir os direitos de propriedade (instituições eficientes), mas não deveria se envolver diretamente em políticas de infraestrutura econômica. Já o estruturalismo cepalino e a VEI veriam um papel mais ativo e interventor para o Estado. Naturalmente, a visão de mundo dessas tradições de pensamento – liberal e estruturalista – produzirá prescrições de política econômica distintas.

O pensamento liberal se ancora em uma visão de mundo centrada no indivíduo racional que faz escolhas. Independentemente dessas escolhas serem baseadas em insondáveis preferências exógenas ou em preferências endógenas, moldadas no ambiente institucional, a matriz institucional será sempre resultado exclusivo da ação individual. Deste modo, a responsabilidade pelo sucesso ou pelo insucesso coletivo e/ou individual é sempre do agente econômico individual. No caso do pensamento estruturalista, ou de abordagens de consideram a sociedade holisticamente, os sujeitos são vistos como produto do ambiente social, tendo suas escolhas, seu comportamento e seus hábitos enraizados nas estruturas sociais. Esses sujeitos podem transformar a sociedade através de suas ações e pensamentos – os hábitos mentais *veblenianos* –, mas o fazem a partir de condições historicamente dadas. Desta forma, a responsabilidade pelo bom ou pelo mau desempenho econômico passa a ser visto como um produto das estruturas econômicas e sociais, não de escolhas individuais equivocadas.

Nesse sentido, teorias orientadas por metodologias focadas no indivíduo tenderão a produzir visões de mundo mais liberais, com maior responsabilização do agente individual pelos insucessos econômicos, vendo no Estado uma figura meramente reguladora das instituições e protetora de direitos de propriedade. Neste caso, as políticas voltadas à melhoria do desempenho econômico seriam focadas em reformas institucionais. Teorias metodologicamente orientadas para as estruturas sociais concretas tendem a produzir visões de mundo menos liberais, com o reconhecimento de que o mau desempenho econômico estaria associado a questões mais complexas como a estrutura produtiva e a inserção econômica internacional – resultado histórico da evolução do capitalismo mundial. As políticas econômicas daí originadas seriam mais focadas na promoção de investimentos em infraestrutura econômica e social, com maior protagonismo para a figura do Estado.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, vimos que, no âmbito do pensamento econômico, temos um PPC *mainstream*, de orientação neoclássica, e um conjunto de PPC's alternativos, críticos da visão de mundo neoclássica. Também foi indicado, na seção II, como esse PPC *mainstream* se organiza em torno de uma ontologia de raiz marginalista, além de adotar uma metodologia baseada em modelos matemático-estatísticos. A partir de uma breve leitura das escolas institucionalistas (VEI e NEI), na seção III, e do pensamento cepalino (estruturalismo e neo-estruturalismo), na seção IV, vimos que enquanto a VEI e o estruturalismo constroem PPC's alternativos, a NEI e o neo-estruturalismo seriam parte do PPC *mainstream*.

Conforme visto no item III, a Economia Institucional é uma escola de pensamento originalmente norte-americana, subdividida em Velha e Nova Economia Institucional. Novos institucionalistas como Coase, Williamson e North, foram agraciados com o Nobel de Economia<sup>18</sup>, buscando contribuir com a tradição neoclássica por acreditarem ser este o único paradigma científico em Economia. Nesse sentido, os novos institucionalistas consideraram as contribuições de Veblen e de seus seguidores como antiteóricas e de pouco valor científico. Tais asserções dos autores da NEI refletem uma particular visão acerca do método e do objeto da ciência econômica, que acaba por excluir teorias alternativas do campo da Ciência Econômica.

A CEPAL foi criada como uma organização vinculada à ONU e funcionou como uma escola de pensamento bastante influente no âmbito dos governos latino-americanos no pós-segunda guerra. Os cepalinos eram pesquisadores ligados ao governo, que trabalhavam diretamente com políticas econômicas. Ao contrário da VEI, a CEPAL se converteu numa escola de pensamento diretamente voltada à construção de teorias focadas em políticas econômicas desenvolvimentistas. Nesse sentido, a CEPAL não surge simplesmente como uma crítica ao pensamento econômico dominante, mas sim como crítica de teorias que inspiravam políticas econômicas consideradas inadequadas à estrutura econômica latino-americana. Apesar de possuírem focos de pesquisa distintos, o estruturalismo cepalino e a VEI possuem visões de mundo compatíveis, conforme indicado na seção V, conforme indicado por Sunkel (1989).

Na seção V, foram indicados elementos teóricos comuns à VEI e ao estruturalismo cepalino, bem como a proximidade ontológica de suas propostas teóricas. Enquanto no caso da NEI o movimento seguiria dos modelos teóricos, enraizados no programa de pesquisa neoclássico, para o objeto de estudo; no caso da VEI e da CEPAL a construção teórica teria como referência última o objeto de estudo, em que a teoria buscaria se adequar às especificidades deste objeto. Ademais, enquanto a VEI e o estruturalismo cepalino viam um papel ativo para o governo na condução das políticas econômicas, a NEI e o neo-estruturalismo seriam adeptos de um papel menos interventor e mais regulador das instituições por parte do Estado.

Uma breve incursão nos debates em Filosofia da Ciência nos permitiu entender que toda teoria pressupõe uma visão de mundo, ou ontologia, que orienta a construção teórica e a própria concepção do que é considerado ciência. Ademais, teorias orientadas por distintas visões de mundo, originarão diferentes orientações de política econômica e concepções acerca do papel do Estado na economia. Ao longo de suas cinco sessões, este artigo buscou trazer para o debate semelhanças e diferenças, teóricas e metodológicas, entre a CEPAL e a Economia Institucional, no intuito de estimular a reflexão não apenas acerca da postura dos paradigmas alternativos em relação ao pensamento *mainstream*, mas também no que concerne ao estatuto do pluralismo teórico em Economia.

### Notas

<sup>1</sup> O debate metodológico está baseado em Caldwell (1982) e Lawson (1997).

<sup>2</sup> Os conceitos de transitivo e intransitivo, bem como as demais concepções do realismo crítico, aqui apresentados tem como fonte os trabalhos de Bhaskar (1997) e Lawson (1997). Importante notar que embora seja utilizada neste artigo uma edição mais recente de *A Realist Theory of Science*, de Bhaskar, o livro foi originalmente publicado em 1975, surgindo na mesma época da emergência das propostas dos teóricos do crescimento do conhecimento em Filosofia da Ciência.

<sup>3</sup> Friedman (1981) sugere a aplicação de um critério preditivo para escolha entre teorias que excluiria a necessidade de averiguação da realidade dos pressupostos teóricos. Nesse sentido, pressupostos teóricos poderiam ser falsos, desde que fossem parte de teorias com capacidade de prever eventos econômicos com acuidade. Por conseguinte, Friedman abre mão da possibilidade de se conhecer objetivamente a realidade econômica. Naturalmente, rejeita-se, a partir de uma visão crítico-realista, a concepção de Friedman de que a realidade não pode ser conhecida e de que teorias seriam apenas modelos úteis para produção de previsões.

<sup>4</sup> Relativo, pois muito amiúde as abordagens alternativas são marginalizadas no campo científico.

<sup>5</sup> Existem diversas sugestões de delimitação do conjunto de problemas (ou núcleo rígido, ou paradigma) neoclássico, algumas dessas tentativas de delimitação dos supostos fundamentais neoclássicos podem ser encontradas em Chick (2003) e Arnsperger; Varoufakis (2006).

<sup>6</sup> A falácia epistêmica é definida como a “concepção de que asserções sobre o ser podem sempre ser reduzidas a, ou analisadas somente em termos de, asserções sobre o conhecimento, que questões ontológicas podem sempre ser traduzidas em termos epistemológicos” (LAWSON, 1997, p. 33).<sup>6</sup>

<sup>7</sup> A ideia de uma ciência evolucionária encontra-se no artigo de 1898 de Veblen, intitulado *Why is Economics not an Evolutionary Science?*, recentemente traduzido na coletânea organizada por Salles; Pessali; Fernández (2017) sob o título “Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?”.

<sup>8</sup> O artigo foi originalmente publicado em inglês, na *American Economic Review*, em 1919, sob o título *The Institutional Approach to Economic Theory*. Recentemente foi publicada uma tradução desse artigo para o português – “A abordagem institucional para a teoria econômica” – numa coletânea de artigos organizada por Salles; Pessali; Fernández (2017).

<sup>9</sup> O leitor pode encontrar mais informações sobre o NBER no site: <https://www.nber.org> (acesso em: 03/11/2018).

<sup>10</sup> A Sociedade de Econometria (*Econometric Society*) surge da iniciativa de Ragnar Frisch, Charles Ross, Irving Fisher e outros economistas, tendo ao todo 16 membros fundadores. Joseph Schumpeter presidiu o encontro que fundou a Sociedade de Econometria em dezembro de 1930, em Cleveland, durante o encontro anual da *American Economic Association*, da *American Statistical Association* e da *American Mathematical Society*. O primeiro encontro da recém-criada Sociedade de Econometria aconteceu em setembro de 1931 em Lausanne, tendo os artigos apresentados nessa ocasião sido publicados na primeira edição da revista *Econometrica*, em 1933. Ver: [www.econometricsociety.org](http://www.econometricsociety.org) (acesso em: 26/09/2018).

<sup>11</sup> Contudo, ainda hoje a Economia *mainstream* ainda sofre críticas quanto ao seu descolamento em relação ao mundo real. Uma dessas críticas foi direcionada pelo movimento pós-autista, iniciado na França em 2000 (<http://www.paecon.net/HistoryPAE.htm>; acesso em: 26/09/2018). Desde 2008 o movimento conta com uma revista científica, a *Real-World Economics Review*. Em 2011 surge a *World*

*Economics Association*, voltada ao estímulo ao pensamento pluralista e voltado à construção de uma ciência econômica mais realista, dando continuidade à proposta do movimento pós-autista. Ver: [www.worldeconomicsassociation.org](http://www.worldeconomicsassociation.org) (acesso em: 26/09/2018).

<sup>12</sup> Rutherford (1996), Hodgson (2017) e Dequech (2002) são alguns autores que assinalam alguns pontos de contato entre o velho e o novo institucionalismo, apesar de reconhecerem suas diferenças.

<sup>13</sup> Com cede em Santiago do Chile, a CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Ver: [www.cepal.org](http://www.cepal.org) (acesso em: 27/09/2018) e <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26498> (acesso em: 27 set. 2018)

<sup>14</sup> Ilustra essa incompatibilidade a falta de acordo teórico entre Douglass North e Celso Furtado num encontro que tiveram no Brasil em 1961, conforme relatado por Boianovsky & Monastério (2018).

<sup>15</sup> Este artigo não tratou especificamente da evolução do pensamento de um autor em particular, mas é importante notar certo paralelismo entre a evolução da orientação teórica cepalina a partir dos anos 1980 e a evolução do pensamento institucionalista de Douglass North nesse mesmo período. Para uma análise da evolução do pensamento de North entre os anos 1970 e 1990 ver Gala (2003).

<sup>16</sup> No caso de Veblen, suas críticas se ramificavam por praticamente todas as escolas de pensamento e autores de sua época.

<sup>17</sup> Os construtos subjetivos dos participantes vão gerar uma ideologia que justifique não só a estrutura da sociedade como seu funcionamento precário. Em consequência, a economia irá gerar políticas que reforcem os incentivos e as organizações existentes. Dessa maneira, tanto os estudos da Comissão para a América Latina e o Caribe (Cepal) como a teoria da dependência explicam o desempenho ruim das economias latino-americanas com base nos termos de troca com os países industrializados e em outras condições externas àquelas economias. Uma explicação dessa ordem não somente justifica a estrutura das economias latino-americanas, mas ainda contém implicações diretivas que reforçariam o quadro institucional vigente. (North, 2018, p.170)

<sup>18</sup> Ronald Coase recebeu o Nobel de Economia em 1991, Douglass North, com Robert Fogel, em 1993 e Oliver Williamson, em conjunto com Elinor Ostrom, em 2009. Sobre o Nobel de Economia: [www.nobelprize.org](http://www.nobelprize.org).

## Referências

**ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis.** What is Neoclassical Economics? The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power. *Post-austisticEconomics Review*, n.38, p.2-12, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/1zgJewT>. Acesso em: 3 nov. 2018.

**BACKHOUSE, Roger.** *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

**BHASKAR, Roy.** *A Realist Theory of Science*. London, New York: Verso, 1997.

**BIELSCHOWSKY, R. (org.)** *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol I. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

**BIELSCHOWSKY, R.** *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.

**CALDWELL, B.** *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen &Unwin, 1982.

**CARNEIRO, R.** *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP, IE-Unicamp, 2002.

**CAVALIERI, M. A.** O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.22, n.1 (47), p.43-76, abr., 2013.

**CAVALIERI, M. A.** Thorstein Veblen entre seus pares economistas: um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.25, n.1, p.11-34, jan.-abr., 2015.

- CHANG, Ha-Joon.** *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHICK, V.** Theory, method and mode of thought in Keynes's General Theory. *Journal of Economic Methodology*, v.10, n.3, set., p. 307-327, 2003.
- COASE, R.** The Nature of the Firm. *Economica*, New Series, v.4, n.16, p. 386-405, nov. 1937.
- COASE, R.** The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, v.88, n.2, p. 72-74, mai., 1998.
- DEQUECH, D.** The Demarcation between the "Old" and the "New" Institutional Economics: recent complications. *Journal of Economic Issues*, vol.XXXVI, n.2, June, 2002.
- DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L.; PAINCEIRA, J. P.** Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica (Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLITICA, Fortaleza, 2000.
- FILHO, N. A.; CORRÊA, V. P.** A CEPAL ainda é uma escola de pensamento? *Revista de Economia Contemporânea*, v.15, n.1, p. 92-111, jan.-abr., 2011.
- FRIEDMAN, M.** A Metodologia da Economia Positiva. *Edições Multiplic*, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981 [1953].
- GALA, P.** A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v.23, n.2 (90), abr.-jun., p. 89-105, 2003.
- HAMILTON, W. H.** The Institutional Approach to Economic Theory. *American Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 309-318, mar. 1919.
- HODGSON, G.** O que são instituições? In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp, 2017.
- KUHN, T. S.** *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LAWSON, T.** *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.
- LIMA, H. & SILVA, R.** Dependência Econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2013.
- MORGAN, L. H.** *Ancient Society*. New Delhi: Isha Books, 2013 [1877].
- NORTH, D.** *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton, 1981.
- NORTH, D.** *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RUTHERFORD, M.** *Institutions in economics: the old and the new institutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- RUTHERFORD, M.** Science and social control: the institutionalist movement in American economics, 1918-1947. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v.3, n.2, p.47-71, 2010.
- SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G.** (orgs.) *Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- SANTOS, T. dos.** *A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- WILLAMSON, J.** A Short History of the Washington Consensus. In: FROM THE WASHINGTON CONSENSUS TOWARDS A NEW GLOBAL GOVERNANCE, Barcelona, September 24-25, 2004.